

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 10 de março do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 017/2015

Conselheiro Relator: *Jose Edemir Moreira Fernandes*

Recorrente: **HOSPITAL DE MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA**

Recurso Processo nº: PG1311996-6 de 15/07/2014

Auto de Infração SMF Nº. 037178/2014 Valor: R\$ 283.085,94

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**


O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter o recorrente deixado de recolher o ISSQN devido no período de nov./2012 a dez./2013, infringindo o disposto nos arts. 239, item 4.03; 242; 244; 251 e 252 da Lei Complementar n. 043/97, sendo penalizado com base no art. 352, item III, alínea "a" do mesmo diploma legal e suas alterações.

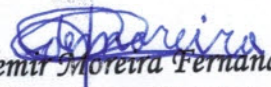
A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

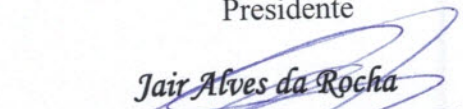
EMENTA


Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de infração n. 037178/2014. Deixou de recolher o ISSQN. Exorbitância da multa aplicada. Redução da multa em conformidade com o previsto na Lei Complementar nº 201/2009. Inexistência de qualquer irregularidade material ou formal e/ou fundamento de fato e de direito a demonstrar necessidade de reforma da decisão de 1ª Instância. Não há que se falar em confisco. Procedimento fiscalizatório amparado no art. 352, , III da Lei Complementar 043/97. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 13 de março de 2.015


Pedro Marcelo de Simone
Presidente


Jose Edemir Moreira Fernandes
Conselheiro Relator


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de O Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 11 de março do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 018/2015

Conselheiro Relator: *Waldemar Alves Lopes*

Recorrente: **GRÁFICA PRINT INDÚSTRIA E EDITORA - ME**

Recurso Processo nº: 0.043.247/2014-1 de 29/08/2014

Assunto: Auto de Infração SMF nº 040661/2014 Valor: R\$ 284.225,24

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO PARCIAL** do Auto de Infração **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter o recorrente deixado de recolher o ISSQN devido por suas operações de prestação de serviços, especificamente sobre as Notas Fiscais Eletrônicas de prestação de serviços nºs 7.224 e 7.222 emitidas em 16.02.2012; Notas Fiscais nºs 7.476 e 7.477 emitidas em 23.04.2012, declarando-as como canceladas e substituídas, tendo o fisco comprovado o recebimento de seu valores integrais do Tomador de Serviços, conforme documentos anexos, infringindo o disposto nos arts. 154, §2º e 3; 239; 242 e §§; 245; 251; 252 e 353 da Lei Complementar n. 043/97, sendo penalizado com base no art. 352, XI do mesmo diploma legal e suas alterações.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção parcial do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de infração n. 040661/2014. Deixou de recolher o ISSQN especificamente sobre Notas Fiscais Eletrônicas de prestação de serviços. Incidência de imunidade tributária sobre alguns produtos. Base de Cálculo utilizada para cobrança do ISSQN. Serviços de distribuição de livros, jornais e periódicos não são abrangidos pela imunidade tributária. Realizado novo cálculo e alterado o valor final para R\$ 278.365,01 (duzentos e setenta e oito mil, trezentos e sessenta e cinco reais e um centavo). Tributo lançado e posteriormente cancelado pelo recorrente. Comprovado o recebimento do Tomador de Serviços dos valores cancelados pelo recorrente. Inexistência de qualquer irregularidade material ou formal e/ou fundamento de fato e de direito a demonstrar necessidade de reforma da decisão de 1ª Instância. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 13 de março de 2.015

3/cccc-
Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Waldemar Alves Lopes
Conselheiro Relator

Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Migueis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 11 de março do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 019/2015

Conselheiro Relator: *Pedro Marcelo de Simone*

Recorrente: **INSTITUTO CUIABANO DE EDUCAÇÃO**

Recurso Processo nº: 0017438/2015-1 de 02/03/2015

Assunto: Auto de Infração SMF nº 034815/2013 Valor: R\$ 2.029.177,06

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO PARCIAL** do Auto de Infração **ratificando a decisão de 1ª instância.**


O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter o recorrente deixado de recolher o ISSQN devido por suas operações de prestação de serviços em razão do indeferimento do pedido de imunidade ocorrido no processo 0.0156.940-6 referente aos exercícios de 2007 a 2009, infringindo o disposto nos arts. 239 e 251 da Lei Complementar n. 043/97, sendo penalizado com base no art. 352, III, alínea "a" do mesmo diploma legal e suas alterações.


A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção parcial do Auto de Infração.

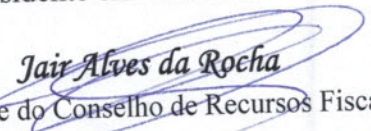
EMENTA


Recurso de Ofício. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de infração n. 034815/2013. Deixou de recolher o ISSQN. Entidade de educação com fim beneficente cuja imunidade tributária restou cancelada por falta de atendimento dos requisitos legais. Valores relativos aos exercícios de 2007 e 2008 atingidos pelo prazo decadencial. NAI alterada para R\$622.963,29 (seiscentos e vinte e dois mil, novecentos e sessenta e três reais e vinte e nove centavos) em sede de 1ª Instância. Inexistência de qualquer irregularidade material ou formal e/ou fundamento de fato e de direito a demonstrar necessidade de reforma da decisão de 1ª Instância. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 20 de março de 2.015


Helenise Aparecida L. de Souza Ferreira
Presidente em exercício


Pedro Marcelo de Simone
Conselheiro Relator


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de O Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá